SICOOB UniMais

SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO

CNPJ nº 71.698.674/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cooperados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2018 da SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CREDITO – SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional - Em 29/01/2018 o SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA completou 25 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados - No exercício de 2018, o SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA obteve um resultado de R$ 1.215.225 antes das destinações, representando um retorno anual de 3,65% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos - Os recursos depositados na centralização financeira somaram R$ 93.563.848. Por sua vez a carteira de créditos representava R$ 204.614.181.
A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R$ 204.614.181	100,00%

Os dez maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 14,76% da carteira, no montante de R$ 30.210.783.

4. Captação - As captações, no total de R$ 276.361.996, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 16,22%.
As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R$ 50.104.068	18,13%
Depósitos sob aviso	R$ 2.558.920	0,93%
Depósitos a prazo	R$ 223.699.008	80,94%

Os dez maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 19,84% da captação, no montante de R$54.825.160.

5. Patrimônio de Referência - O patrimônio de referência do SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA era de R$ 31.699.796. O quadro de cooperados era composto por 9.703 cooperados, havendo um acréscimo de 8,12% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito - A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.
O SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 83,54% nos níveis de "A" a "C".

7. Conselho Fiscal - Eleito a cada 3 anos em AGO, o atual conselho fiscal com mandato até a AGO de 2020, tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Código de Ética -"Todos os integrantes da equipe da Unimais Mantiqueira aderiram, no ato da admissão, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas da Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

9. Sistema de Ouvidoria - A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.
No exercício de 2018, a ouvidoria do SICOOB MANTIQUEIRA registrou 67 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito. Das 67 reclamações, 25 foram consideradas procedentes e 42 improcedentes , resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.
Agradecimentos
Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Taubaté (SP), 14 de março de 2019.
Conselho de Administração e Diretoria

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017(Em reais)

Ativo	Notas	31-dez-18	31-dez-17
Circulante			
Disponibilidades	-	5.924.907	4.621.012
Relações interfinanceiras	4	93.563.848	108.252.993
Operações de crédito	5	83.444.331	47.418.406
Outros créditos	6	1.101.892	1.756.392
Outros valores e bens	7	16.664.988	18.278.206
Total do ativo circulante		**200.699.966**	**180.327.009**
Não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Operações de crédito	5	105.004.316	76.062.906
Outros créditos	6	2.633.585	2.516.009
Total do ativo não circulante		**107.637.901**	**78.578.915**
Permanente			
Investimentos	8	6.405.811	6.147.511
Imobilizações de uso	9	5.538.192	4.320.347
Intangível	-	21.399	56.627
Total do permanente		**11.965.402**	**10.524.485**
Total do ativo		**320.303.269**	**269.430.409**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31-dez-18	31-dez-17
Circulante			
Depósitos à vista, sob aviso e a prazo	10	276.360.992	231.188.572
Relações interdependências	12	1.418.000	
Obrigações por empréstimos e repasses	11	807.173	748.540
Cobrança e Arrecadações de Tributos	-	72.618	68.395
Obrigações sociais e estatutárias	13.1	1.238.836	937.193
Obrigações fiscais e previdenciárias	13.2	726.823	554.066
Obrigações diversas	13.3	3.452.680	2.644.288
Resultado Exercícios Futuros	-	44.219	
Total do passivo circulante		**284.121.341**	**236.141.054**
Não circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Depósitos a prazo	10	1.004	368.639
Obrigações por empréstimos e repasses	11	1.143.280	1.808.970
Provisões para contingências	26	1.798.040	1.522.133
Total do passivo não circulante		**2.942.324**	**3.699.742**
Patrimônio líquido			
Capital social	15.a	33.579.130	31.583.074
Reserva legal	15.b	3.432.971	3.068.403
Reserva de Contingência	15.c	901.412	-
Perdas da cooperativa Incorporada	15.f	(5.220.760)	(7.530.741)
Sobras ou perdas acumuladas	15.d	546.851	2.468.877
Total do patrimônio líquido		**33.239.604**	**29.589.613**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**320.303.269**	**269.430.409**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em reais)

	Capital Subscrito	Reserva Legal	Reserva de Contingências	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2016	**17.746.667**	**2.662.782**	**923.556**	**1.322.620**	**22.655.625**
Destinação das sobras exercício anterior					
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(671.083)	**(671.083)**
Ao Capital	651.537	-	-	(651.537)	-
Incorporação	11.431.514	-	-	(7.530.741)	**3.900.773**
Integralização/subscrição de capital	1.924.197	-	-	-	**1.924.197**
(-) Devolução de capital	(1.489.789)	-	-	-	**(1.489.789)**
Integralização de Juros ao Capital	1.343.700	-	-	-	**1.343.700**
IRRF sobre Juros ao Capital	(24.752)	-	-	-	**(24.752)**
Reversão da Reserva de contingência	-	-	(923.556)	-	**(923.556)**
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	3.039.090	**3.039.090**
Reversão das perdas de Atos não cooperativos	-	(252.746)	-	252.746	**-**
F A T E S - Atos cooperativos	-		-	(164.592)	**(164.592)**
Reserva Legal	-	658.367	-	(658.367)	**-**
Saldos em 31/12/2017	**31.583.074**	**3.068.403**	**-**	**(5.061.864)**	**29.589.613**
Destinação de Sobras Exercício Anterior					
Constituição de Reserva	-	-	658.367	(658.367)	**-**
Ao Capital	1.810.510	-	-	(1.810.510)	**-**
Deságio de cotas conforme Ofício Eletrônico do Bacen nº 118024423 pelos associados da incorporada aprovado na AGE 23/04/2018	(2.166.142)	-	-	2.166.142	**-**
Rateio de perdas do exercício anterior - incorporação	-	-	-	143.839	**143.839**
Integralização/subscrição de capital	3.559.592	-	-	-	**3.559.592**
(-) Devolução de capital	(3.228.785)	-	-	-	**(3.228.785)**
Integralização de Juros ao Capital	2.039.596	-	-	-	**2.039.596**
IRRF sobre Juros ao Capital	(18.715)	-	-	-	**(18.715)**
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	1.215.225	**1.215.225**
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	(60.761)	**(60.761)**
Reserva Legal	-	364.568	-	(364.568)	**-**
Reserva para Contingência	-	-	243.045	(243.045)	
Saldos em 31/12/2018	**33.579.130**	**3.432.971**	**901.412**	**(4.673.909)**	**33.239.604**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das sobras ou perdas (Em reais)

	Notas	2º Semestre de 2018	31-dez-18	31-dez-17
Ingressos e receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito		26.381.555	49.111.758	30.576.137
	18	**26.381.555**	**49.111.758**	**30.576.137**
Dispêndios e despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	10	(7.293.986)	(13.522.231)	(9.118.329)
Operações de Empréstimos e Repasses		(69.427)	(147.451)	(299.648)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(7.042.271)	(9.857.729)	(4.644.296)
	19	**(14.405.684)**	**(23.527.411)**	**(14.062.273)**
Resultado bruto da intermediação financeira		**11.975.871**	**25.584.347**	**16.513.864**
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais				
Ingressos e receitas de prestação de serviços		3.402.211	6.305.550	2.775.930
Dispêndios e despesas de pessoal		(8.840.653)	(16.375.725)	(9.426.253)
Outros dispêndios e despesas administrativas		(8.371.726)	(15.662.078)	(10.471.691)
Dispêndios e despesas tributárias		(201.082)	(356.493)	(211.638)
Ingressos de depósitos intercooperativos		3.334.608	6.794.625	5.157.505
Outros ingressos e rendas operacionais	17	1.171.624	2.106.325	610.753
Outros dispêndios e despesas operacionais		(2.034.715)	(4.154.122)	(873.833)
		(11.539.733)	**(21.341.918)**	**(12.439.227)**
Resultado operacional		**436.138**	**4.242.429**	**4.074.637**
Resultado não operacional				
Receitas não operacionais		976.703	1.260.312	246.656
Despesas não operacionais		(279.484)	(363.660)	(499.402)
	20	**697.219**	**896.652**	**(252.746)**
Resultado antes da tributação e das participações		**1.133.357**	**5.139.081**	**3.821.891**
Imposto de renda e contribuição social		(483.088)	(875.353)	(10.972)
Participação de funcionários	27	(1.008.907)	(1.008.907)	(662.009)
Resultado antes dos juros ao capital e das destinações estatutárias		**(358.638)**	**3.254.821**	**3.148.910**
Juros ao capital	16	(2.039.596)	(2.039.596)	(109.820)
Resultado antes das destinações estatutárias		**(2.398.234)**	**1.215.225**	**3.039.090**
Reversão da Reserva Legal das perdas com ato não cooperativo		-	-	252.746
F A T E S - Atos cooperativos		-	(60.761)	(164.592)
Reserva Legal		-	(364.568)	(658.367)
Reserva de Contingência		-	(243.045)	-
Sobras ou perdas líquidas do exercício/semestre		**(2.398.234)**	**546.851**	**2.468.877**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa (Em reais)

	2º Semestre de 2018	31/12/18	31/12/17
Atividades operacionais			
Sobras (perdas) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(2.398.234)	1.215.225	3.039.090
Ajustes por:			
Provisão para operações de crédito	3.069.836	1.765.148	8.564.159
Depreciações e Amortizações	523.360	892.017	559.949
	1.194.962	**3.872.390**	**12.163.198**
Variação nos ativos e passivos			
Operações de crédito	(35.488.364)	(66.732.483)	(57.128.095)
Outros créditos	1.402.341	536.924	(2.620.048)
Outros valores e bens	1.548.340	1.613.218	(18.116.109)
Depósitos	30.496.445	44.804.785	150.568.275
Relações interfinanceiras	1.413.037	1.418.000	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(418.319)	(607.057)	(197.711)
Obrigações sociais e estatutárias	46.479	301.643	(928.709)
Obrigações fiscais e previdenciárias	135.085	172.757	343.442
Outras obrigações	484.550	1.088.521	(731.505)
Receitas de exercícios futuros	44.219	44.219	-
	(336.187)	**(17.359.473)**	**71.189.540**
Caixa gerado nas operações	**858.775**	**(13.487.083)**	**83.352.738**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aportes de capital em investimento	-	(258.300)	(2.850.705)
Aquisições de imobilizações de uso	(1.725.426)	(2.074.633)	(1.080.158)
Aquisições de ativos intangível	-	-	(59.597)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(1.725.426)**	**(2.332.933)**	**(3.990.460)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento por novos aportes de capital	1.881.020	3.559.592	1.924.197
Devolução de capital à cooperados	(1.234.400)	(3.228.785)	(1.489.789)
Destinação de sobras de exercício anterior em C/C associados	-	-	(671.083)
Rateio de perdas do exercício anterior - incorporação	-	143.839	-
FATES - Sobras do exercício	(60.761)	(60.761)	(164.592)
Incorporação do Capital	-	-	11.431.514
Incorporação das Perdas	-	-	(7.530.741)
Subscrição do juros ao capital	2.039.596	2.039.596	1.343.700
IRRF sobre juros ao capital	(18.715)	(18.715)	(24.752)
Reversão de Reserva		-	(923.556)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**2.606.740**	**2.434.766**	**3.894.898**
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	**1.740.089**	**(13.385.250)**	**83.257.176**
No início do período	97.748.666	112.874.005	29.616.829
No fim do período	99.488.755	99.488.755	112.874.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. Contexto Operacional
A **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **29/01/1993**, filiada à **CCE E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.
O **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA** possui **12** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP, TAUBATÉ - SP, PINDAMONHANGABA - SP, CAMPOS DO JORDÃO - SP, ARARAS - SP, LEME - SP, CONCHAL - SP, PIRASSUNUNGA - SP, LIMEIRA - SP, PORTO FERREIRA – SP e BAURU - SP**.
O **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:
(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **14/2/2019**.
Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.
Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis
a) Apuração do resultado
Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.
As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.
Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.
b) Estimativas contábeis
Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.
c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.
d) Operações de crédito
As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.
e) Provisão para operações de crédito
Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.
As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).
f) Depósitos em garantia
Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.
g) Investimentos
Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNIMAIS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.
h) Imobilizado
Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.
i) Intangível
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.
j) Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.
k) Obrigações por empréstimos e repasses
As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.
l) Depósitos
Os depósitos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.
m) Demais ativos e passivos
São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.
n) Provisões
São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes
São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.
p) Obrigações legais
São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.
q) Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.
r) Segregação em circulante e não circulante
Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).
s) Valor recuperável de ativos – *impairment*
A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.
Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.
t) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018.**
u) Caixa e equivalente de caixa
O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	5.924.907	4.621.012
Relações interfinanceiras - centralização financeira	93.563.848	108.252.993
TOTAL	**99.488.755**	**112.874.005**

4. Relações interfinanceiras
Em 31 de dezembro de **2018** e **2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cheques e Outros Papéis a Devolver	-	2.325
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	93.563.848	108.250.668
TOTAL	**93.563.848**	**108.252.993**

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNIMAIS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. A remuneração foi de aproximadamente 100% do CDI.

5. Operações de crédito
a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamento a Depositante, Cheque Especial e Conta Garantida	8.208.304	-	**8.208.304**	7.595.103
Empréstimos	54.848.647	88.244.610	**143.093.257**	89.787.070
Títulos Descontados	16.989.432	-	**16.989.432**	7.477.727
Financiamentos	9.879.171	26.444.017	**36.323.188**	33.021.799
(-) Provisões para Operações de Crédito	(6.481.223)	(9.684.311)	**(16.165.534)**	(14.400.387)
TOTAL	**83.444.331**	**105.004.316**	**188.448.647**	**123.481.312**

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financia-mentos	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA	-	Normal	18.183.304	23.320	4.599.407	22.806.031	-	7.746.329	-
A	0,5%	Normal	52.880.242	1.081.318	15.177.041	69.138.601	(345.693)	43.949.201	(219.796)
B	1%	Normal	26.794.468	3.194.284	7.726.512	37.715.264	(377.153)	40.768.450	(407.684)
B	1%	Vencidas	342.840	6.881	427.937	777.658	(7.777)	909.208	(9.092)
C	3%	Normal	32.626.370	2.014.502	3.627.414	38.268.286	(1.148.046)	14.626.757	(438.803)
C	3%	Vencidas	1.621.937	76.673	516.902	2.215.512	(66.465)	2.814.083	(84.422)
D	10%	Normal	8.044.728	620.114	2.364.204	11.029.046	(1.102.905)	5.743.121	(574.312)
D	10%	Vencidas	1.712.955	81.056	81.124	1.875.135	(187.514)	3.124.501	(312.450)
E	30%	Normal	3.066.609	178.965	417.362	3.662.936	(1.098.881)	2.750.586	(825.176)
E	30%	Vencidas	2.457.894	85.728	42.814	2.586.436	(775.931)	2.491.419	(747.426)
F	50%	Normal	1.317.440	59.951	163.920	1.541.311	(770.656)	1.187.784	(593.892)
F	50%	Vencidas	3.163.308	40.027	13.145	3.216.480	(1.608.240)	665.744	(332.872)
G	70%	Normal	1.086.345	151.197	724.448	1.961.990	(1.373.393)	1.147.265	(803.085)
G	70%	Vencidas	1.490.611	141.066	90.372	1.722.049	(1.205.434)	2.986.255	(2.090.379)
H	100%	Normal	1.702.623	23.534	30.545	1.756.702	(1.756.702)	2.764.349	(2.764.349)
H	100%	Vencidas	3.591.015	429.688	320.041	4.340.744	(4.340.744)	4.196.649	(4.196.649)
Total Normal			**145.702.129**	**7.347.185**	**34.830.853**	**187.880.167**	**(7.973.429)**	**120.693.841**	**(6.627.051)**
Total Vencidos			**14.380.560**	**861.119**	**1.492.335**	**16.734.014**	**(8.192.105)**	**17.187.859**	**(7.773.290)**
Total Geral			**160.082.689**	**8.208.304**	**36.323.188**	**204.614.181**	**(16.165.534)**	**137.881.700**	**(14.400.341)**
Provisões			**(13.534.223)**	**(957.474)**	**(1.673.837)**	**(16.165.534)**		**(14.400.387)**	
Total Líquido			**146.548.466**	**7.250.830**	**34.649.351**	**188.448.647**		**123.481.312**	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e TD	27.037.027	44.801.052	88.244.610	**160.082.689**
Financiamentos	2.771.026	7.108.143	26.444.019	**36.323.188**
Conta Corrente	8.163.878	44.426	-	**8.208.304**
TOTAL	**37.971.931**	**51.953.621**	**114.688.629**	**204.614.181**

(*) Não contempla provisão para crédito de liquidação duvidosa.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado – Comércio	998.170	18.211.549	6.343.528	25.553.247	**12,49%**
Setor Privado – Indústria	122.410	2.484.767	1.306.549	3.913.726	**1,91%**
Setor Privado – Serviços	3.965.946	110.227.171	8.549.413	122.742.530	**59,99%**
Pessoa Física	3.119.470	48.402.728	756.352	52.278.550	**25,55%**
Outros	2.308	90.230	33.590	126.128	**0,06%**
TOTAL	**8.208.304**	**179.416.445**	**16.989.432**	**204.614.181**	**100,00%**

(*) Não contempla provisão para crédito de liquidação duvidosa.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	14.400.387	5.836.229
Constituições	127.975.821	144.314.089
Reversões	(117.740.137)	(121.055.785)
Transferência para prejuízo	(8.470.537)	(14.694.146)
TOTAL	**16.165.534**	**14.400.387**

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	4.148.513	2,03%	1.889.646	1,37%
10 Maiores Devedores	30.210.783	14,76%	14.868.734	10,78%
50 Maiores Devedores	74.152.193	36,24%	41.095.490	29,81%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	19.465.852	1.944.159
Valor das operações transferidas no período	8.470.537	18.529.555
Valor das operações recuperadas no período	2.798.427	1.004.413
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	11.458	3.449
TOTAL	**25.126.505**	**19.465.852**

h) Operações renegociadas
Durante o exercício de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R$ 22.684.771,24, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores

continuação

SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA - COOPERATIVA DE CRÉDITO

CNPJ nº 71.698.674/0001-50

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	50.104.068	41.448.918
Depósito Sob Aviso	2.558.920	4.041.034
Depósito a Prazo	223.699.008	186.067.259
TOTAL	**276.361.996**	**231.557.211**

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	30.113.099	10,90%	18.267.285	7,88%
10 Maiores Depositantes	54.825.160	19,84%	38.535.878	16,62%
50 Maiores Depositantes	106.638.769	38,59%	80.659.843	34,78%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(234.651)	(311.342)
Despesas de Depósitos a Prazo	(12.908.063)	(8.637.252)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(379.517)	(169.735)
TOTAL	**(13.522.231)**	**(9.118.329)**

11. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Cooperativa Central	100% CDI	2021	1.950.301	2.557.510
Bradesco	-	-	152	-
TOTAL			**1.950.453**	**2.557.510**

Segregação entre circulante e não circulante:

Instituições	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não circulante	Total	
Cooperativa Central	807.021	1.143.280	**1.950.301**	2.557.510
Bradesco	152	-	**152**	-
TOTAL	**807.173**	**1.143.280**	**1.950.453**	**2.557.510**

12. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Ordens de Pagamento	1.418.000	-

Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

13. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	72.618	68.395
Sociais e Estatutárias	1.238.826	937.193
Fiscais e Previdenciárias	726.823	554.066
Diversas	5.250.720	4.166.421
TOTAL	**7.288.987**	**5.726.075**

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fates (a)	60.761	164.592
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.178.075	772.601
TOTAL	**1.238.836**	**937.193**

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	726.823	554.066

Os Impostos e contribuições a recolher referem-se a: R$ 32.272 impostos s/ serviços de terceiros, R$ 565.857 impostos e contribuições s/ salários, R$ 92.460 IRRF sobre aplicações financeiras, R$ 2.449 PIS sobre faturamento a recolher, R$ 15.070 COFINS a recolher e R$ 18.715 IRRF sobre juros a capital.

13.3 Diversas

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não circulante	Total	
Cheques Administrativos	-	-	-	512.605
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	617.375	-	**617.375**	396.751
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	12.573	-	**12.573**	68
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	1.482.298	-	**1.482.298**	1.262.855
Provisão para Passivos Contingentes (c)	-	1.798.040	**1.798.040**	1.522.133
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	473.316	-	**473.316**	195.323
Credores Diversos – País (e)	867.118	-	**867.118**	276.686
TOTAL	**3.452.680**	**1.798.040**	**5.250.720**	**4.166.421**

(a) Referem-se à provisão para pagamento de aquisição de bens diversos.

(b) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal no valor de R$ 1.132.744 e despesas administrativas de R$ 349.554.

(c) Referem-se a provisão para processos judiciais em andamento, classificados pelos advogados como prováveis perdas, nos termos do CPC 25. A provisão para riscos fiscais de R$ 1.512.208 e trabalhista de R$ 285.832, para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável, considerando a avaliação dos assessores jurídicos, vide nota nº 26.

(d) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R$ 19.538.375 (R$ 13.098.406 em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(e) Referem-se a pendências a regularizar no valor de R$ 8.264, pendências a regularizar Bancoob no valor de R$ 508.104, créditos de terceiros no valor de R$ 249.653, taxas de gravames a repassar de R$ 9.214 e cheques depositados e reapresentados no valor de R$ 91.883.

14. Instrumentos financeiros

O Sicoob Unimais Mantiqueira opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	33.579.130	31.583.074
Associados	9.703	8.975

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de contingência

Em consonância com o item V do artigo 28 da Lei 5.764/71 e Estatuto Social, foi apresentada na Assembleia Geral Ordinária, em 23/04/2018, a proposta de Constituição de Fundo de Contingência, que tem como objetivo proteger o patrimônio dos cooperados, em caso de eventos de risco não estimados, tendo em vista o cenário atual da economia, com inflação e juros altos, majoração e criação de impostos, que podem gerar um aumento inesperado da inadimplência ou de ações de recuperação judicial por parte de empresas em dificuldades, por novas exigências e questionamentos da Secretaria da Receita Federal, fraudes, perdas etc.

Formação: 20% (vinte por cento) das sobras brutas apuradas, após o pagamento dos juros ao capital, dos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

Aplicação: Eventos não esperados de risco operacional, socioambiental, crédito, mercado e de liquidez.

Liquidação: Dos valores destinados e não utilizados, serão revertidos para o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES ou Fundo de Reserva Legal ou outra destinação que por ventura a Assembleia Geral Ordinária de 2020, venha a estabelecer.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	**1.215.225**	**3.291.836**
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 20% em 2017 e 30% em 2018	(364.568)	(658.367)
Fundo de assistência técnica, educacional e social -5% Cooperativo	(60.761)	(164.592)
Reserva de contingência – 20%	(243.045)	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	**546.851**	**2.468.877**

f) Perdas Rateadas

Conforme Assembleia Geral realizada em 01/11/2017, foi deliberado o rateio das perdas entre os associados da cooperativa SICOOB UNIMAIS ANHANGUERA, incorporada em 01/11/2017, relativa ao período de 01/01/2017 à 01/11/2017, que serão pagas em 5 anos por meio de compensação com sobras de exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo das perdas a serem rateadas correspondia ao montante de R$ 5.220.760.

Descrição	Movimentação em perdas acumuladas	Deliberação em AGO
Perdas acumuladas até 11/2017 da cooperativa incorporada	**(7.530.741)**	
Deságio da cota capital dos associados da cooperativa incorporada em 2018	2.166.142	Deságio de cotas conforme Ofício do Bacen nº 118024423 pelos associados da incorporada aprovado na AGE 23/04/2018.
Recebimentos de rateio de ex-associados em 2018	143.839	
Saldo Final - Perdas Acumuladas da cooperativa incorporada	**(5.220.760)**	

16. Provisão de Juros ao Capital

A Administração deliberou em ata CA12 realizada em 18 de dezembro o pagamento de juros ao capital próprio com taxa de 100% da Selic, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	94.038	76.884
Rendas de repasses interfinanceiros	-	927
Rendas de créditos específicos	136	-
Outras rendas operacionais (a)	2.012.151	532.942
TOTAL	**2.106.325**	**610.753**

(a) Referem-se a rendas de juros de cartão de crédito no valor de R$ 739.889, rendas com multas por atraso de cartão de crédito no valor de R$ 95.968, crédito receita sipag – faturamento no valor de R$ 109.565, crédito receita sipag – antecipação no valor de R$ 623.330, rendas intercâmbio – cartão de crédito no valor de R$ 346.437, rendas intercâmbio – cartão de débito no valor de R$ 35.423. deduções e abatimentos no valor de R$ 5.316, rendas de seguros – cartão cabal no valor de R$10.381 e outras rendas operacionais no valor de R$ 45.842.

18. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de adiantamentos a depositantes	574.318	387.436
Rendas de empréstimos	34.825.829	21.750.202
Rendas de direitos creditórios descontados	4.117.081	1.843.855
Rendas de financiamentos	6.665.024	6.188.430
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.929.506	406.214
TOTAL	**49.111.758**	**30.576.137**

19. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Despesas de captação	(13.522.231)	(9.118.329)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(147.451)	(299.648)
Provisões para operações de credito	(9.857.729)	(4.644.296)
TOTAL	**(23.527.411)**	**(14.062.273)**

20. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em transações com valores de bens	795.039	-
Ganhos de capital	183.399	198.164
Reversão de Provisão não Operacionais	281.874	408
Outras Rendas não Operacionais	-	48.084
(-) Perdas de Capital	(356.666)	(499.402)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(6.994)	-
Resultado Líquido	**896.652**	**(252.746)**

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Partes Relacionadas – Vínculo de Grupo Econômico	167.624	0,05%	1.353
Partes Relacionadas – Sem vínculo de Grupo Econômico	543.962	0,18%	2.713
TOTAL	**711.586**	**0,23%**	**4.066**
Montante das Operações Passivas	2.206.658	1,11%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	25.642	707	1%
Conta Garantida	11.439	212	-
Empréstimo	629.204	26.559	-
Financiamento	164.745	1.699	-

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.289.733	2,58%	-
Depósitos a Prazo	6.091.472	2,69%	0,49%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/ remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	1,59%	MIN. 0,36 A.M. + CDI / MÁX. 4,55 A.M
Financiamento	1,15%	MIN. 0,66 A.M. + CDI / MÁX. 3,53 A.M
Aplicação Financeira - Pós Fixada	96,29%	MIN. 88% / MÁX. 105%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	0,25%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	1.128.909

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R$)	
Honorários - Conselho Fiscal	89.826
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	969.768

22. Cooperativa Central

A **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CREDITO - SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNIMAIS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNIMAIS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNIMAIS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB UNIMAIS**:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Relações interfinanceiras	93.563.848	108.252.993
Empréstimos	1.950.301	2.557.510

23. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

23.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

23.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

23.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

23.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

23.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.606, de 19/10/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
Patrimônio de Referência – PR	31.699.796	29.544.952
Índice de Basiléia - IB (10,5% RPC e 12% RPS)	13,32	16,68

26. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	1.121.128	1.073.417	1.140.070	1.083.342
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	285.832	49.001	-	27.603
Outros (a)	391.080	-	382.063	-
TOTAL	**1.798.040**	**1.122.418**	**1.522.133**	**1.110.945**

(a) Refere-se substancialmente, a processos tributários, sendo estes de PIS/COFINS sobre atos cooperativos, perfazendo o montante de R$ 391.080.

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob Unimais Mantiqueira, existem processos judiciais no montante de R$ 106.310 com risco de perda possível. Sendo, R$85.500 em ação trabalhista e R$ 20.810 de natureza tributária.

27. Pagamento de participação nos resultados

Em 2018, a cooperativa efetuou pagamento de participação nos resultados aos colaboradores no montante de R$ 1.008.907, sendo que essa participação foi calculada com base em atingimento de metas estabelecidas.

TAUBATÉ-SP, 14 de março de 2019

ROGERIO SUNTI
DIRETOR SUPERINTENDENTE

ALINE CRISTINA MACHADO MOURA
CONTADOR CRC 093080/O-9

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA – COOPERATIVA DE CRÉDITO

Taubaté - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA – COOPERATIVA DE CRÉDITO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA – COOPERATIVA DE CRÉDITO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Perdas acumuladas por incorporação

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 15, item f às demonstrações contábeis, que descreve assunto relacionado ao registro de perdas acumuladas, realizado no exercício de 2017 em função de processo de incorporação de cooperativa, cujo saldo era de R$ 5.220.760 em 31 de dezembro de 2018 e que tem previsão de compensação com sobras futuras no prazo de 5 anos.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou essar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

CNAC

São Paulo - SP, 14 de março de 2019.
Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO**, em reunião realizada no dia 25/02/2019, em observância ao disposto no artigo 163, da Lei 6404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrados em **31 de DEZEMBRO de 2018**, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da **SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO**, e tendo em conta, os relatórios e pareceres das auditorias internas realizadas, é de parecer que os citados documentos estão de conformidade com as prescrições legais e reflete adequadamente a posição patrimonial e econômico-financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual, opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral de Cooperados.

Taubaté-SP, 14 de março de 2019.
MEMBROS DO CONSELHO:
Alzira Aparecida Marcondes
Sandra Regina Amaro Amorim
Roseli Cristina Zuin

TOME UMA DECISÃO QUE VAI INFLUENCIAR TODAS AS OUTRAS. ASSINE O ESTADÃO.

Jornal do Carro, Casa e Divirta-se circulam em São Paulo, capital.

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C113259
Impresso em papel certificado FSC®

QUER SABER? ESTADÃO
0800 770 2166
estadao.com.br/assine